

Apresentação

Nos últimos 30 anos, o Brasil desenvolveu políticas para alcançar a cobertura universal de saúde. A Constituição Federal de 1988 deu origem ao atual Sistema Único de Saúde (SUS) e, desde o seu início, praticamente toda a população é formalmente atendida pelo setor público de saúde, com benefícios e proteção financeira igualitários. Conseqüentemente, o Brasil obteve uma melhora significativa na maioria dos indicadores de saúde da população em geral, aumentou o acesso aos serviços de saúde e reduziu as desigualdades nessa área. A expectativa de vida ao nascer aumentou 5,7 anos, de 70,2 anos em 2000 para 75,9 anos em 2019. A taxa de mortalidade infantil diminuiu em 60%, de 30,3 mortes por 1.000 nascidos vivos em 2000 para 12,4 mortes por 1.000 nascidos vivos em 2019. A taxa de mortalidade materna também teve uma diminuição de 13 pontos percentuais no mesmo período.

No entanto, a mobilização de financiamento suficiente para a garantia da cobertura universal de saúde do SUS tem sido um desafio constante, e as ineficiências persistentes no uso dos recursos do sistema de saúde brasileiro não têm ajudado. Embora o Brasil gaste muito com saúde (9,6% do PIB em 2019 – mais do que a média da OCDE de 8,8%), 60% desse gasto é privado, deixando o Sistema Único de Saúde subfinanciado. Além disso, as projeções da OCDE indicam que as despesas com saúde devem aumentar para 12,6% do PIB até 2040, com base nas tendências demográficas e tecnológicas, no aumento da renda e na produtividade do setor de saúde.

Dada a situação econômica e fiscal desafiadora, é necessária uma reflexão importante para garantir mais recursos para o Sistema Único de Saúde brasileiro. Fundamentalmente, o Brasil precisará gastar mais e melhor em seu sistema de saúde pública para que tais despesas sejam mais eficazes para atingir as metas do sistema, sustentáveis no futuro, e possam maior capacidade de enfrentar grandes emergências de saúde, como a COVID-19. Isso inclui a modernização do setor de atenção primária à saúde, ainda caracterizado por problemas persistentes na coordenação do atendimento em todos os níveis de serviço e com muitos pacientes que ignoram a atenção primária à saúde para buscar atendimento diretamente em clínicas especializadas ambulatoriais e hospitais. Existem também ineficiências generalizadas na prestação de serviços hospitalares no Brasil que poderiam ser combatidas, como o excesso de capacidade em períodos que não sejam caracterizados como emergência sanitária. Em 2019, apenas cerca de 52% dos leitos hospitalares eram, em média, usados para tratamento, muito abaixo da média da OCDE de 76%. Ao mesmo tempo, o Brasil também enfrentará o desafio de lidar com as necessidades futuras de longo prazo no contexto do envelhecimento da população. Estima-se que a proporção da população com 65 anos ou mais aumentará de 8,9% em 2017 para 21,9% em 2050. Será vital fazer a transição para um atendimento de cuidados de longo prazo mais formal, que atualmente não está em vigor ou existe de forma residual. Por fim, vários indicadores preocupantes apontam para a necessidade urgente de uma melhor prevenção e de uma estratégia aprimorada de saúde pública, principalmente para abordar os fatores de risco cada vez maiores para a saúde, como o consumo prejudicial de álcool e, sobretudo, o sobrepeso, que é um fator de risco conhecido não apenas para doenças crônicas não transmissíveis, mas também para infecção grave de COVID-19.

Pensando no futuro, a criação de um sistema de saúde eficiente e sustentável é um objetivo que só pode ser alcançado pelo Brasil por meio do uso inteligente de dados e de tecnologias digitais, exigindo ações

políticas adequadas e supervisão . A coleta, a vinculação (ou pareamento) e a análise de dados de saúde mais amplos e aprimorados trarão ganhos e percepções significativos para o planejamento e a gestão da prestação de serviços no SUS. Isso permitiria desenvolver um sistema de saúde mais digitalizado e alcançar uma melhor compreensão do custo e da eficácia dos tratamentos médicos e dos serviços de saúde.

Esta avaliação foi elaborada pelo Secretariado da OCDE baseando-se em evidências técnicas e práticas recomendadas dos sistemas de saúde da OCDE a fim de auxiliar o Brasil no fortalecimento do desempenho de seu sistema de saúde. Ela usa indicadores e estruturas de política reconhecidos internacionalmente para analisar o desempenho do sistema de saúde brasileiro e aponta para as principais ações que o Brasil deve considerar com o objetivo de aprimorar a eficiência e a sustentabilidade do financiamento, atualizar sua infraestrutura de dados de saúde para otimizar uma transformação digital e abordar os principais fatores de risco populacionais, como sobrepeso e consumo prejudicial de álcool.



From:
OECD Reviews of Health Systems: Brazil 2021

Access the complete publication at:
<https://doi.org/10.1787/146d0dea-en>

Please cite this chapter as:

OECD (2022), “Apresentação”, in *OECD Reviews of Health Systems: Brazil 2021*, OECD Publishing, Paris.

DOI: <https://doi.org/10.1787/adc0711e-pt>

This work is published under the responsibility of the Secretary-General of the OECD. The opinions expressed and arguments employed herein do not necessarily reflect the official views of OECD member countries.

This document, as well as any data and map included herein, are without prejudice to the status of or sovereignty over any territory, to the delimitation of international frontiers and boundaries and to the name of any territory, city or area. Extracts from publications may be subject to additional disclaimers, which are set out in the complete version of the publication, available at the link provided.

The use of this work, whether digital or print, is governed by the Terms and Conditions to be found at <http://www.oecd.org/termsandconditions>.